



## CARTA ABERTA

### EM DEFESA DO CERRADO E DA APA DO PLANALTO CENTRAL

Somos o Fórum de Defesa das Águas do DF, ampla articulação de entidades, movimentos e cidadãos do Distrito Federal e da região do Entorno.

Temos a Carta da Terra como documento fundante e orientador da nossa ação conjunta pelas águas e o Cerrado.

Atuamos em diferentes frentes em defesa dos territórios, do direito à moradia com qualidade, do direito ao acesso à água (nas ARIS, ainda hoje, cerca de 200 mil pessoas vivem sem acesso à água e ao saneamento básico), do ambiente e proteção dos nossos rios e unidades de conservação, da educação ambiental e da criação de trilhas ecológicas.

Participamos ativamente dos debates públicos a respeito da construção do novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Atuamos nos dirigindo aos governos local e Federal, ao Ministério Público e ao Poder Legislativo Nacional e Distrital, manifestando nossa máxima preocupação com a situação de abandono e múltiplas agressões ao meio ambiente em nosso território e os graves riscos de escassez hídrica e outras emergências decorrentes das mudanças e ameaças de catástrofes decorrente dos extremos climáticos.

Promovemos seminários e discussões com especialistas da área ambiental sobre estudos que demonstram o desaparecimento de nascentes, rebaixamento de lençóis freáticos, diminuição e poluição dos rios do DF e do Planalto Central, inclusive com consequências para o abastecimento de água local e do País. O desafio ambiental da água está relacionado ao desmatamento crescente do Cerrado.

Nessa Carta Aberta alertamos especialmente, para a situação crítica, em decorrência do abandono da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central (APA-PC) por sua atual gestão. A APA, maior e mais relevante Unidade de Conservação (UC) da nossa região, por sua importância estratégica para manutenção do Cerrado e a biodiversidade do DF e região, precisa de uma gestão comprometida com a defesa do Cerrado e a proteção das águas. Assim como merece atenção, devido aos riscos de impacto por eventos de extremos climáticos, e pelo fato do bioma Cerrado, ao lado da Caatinga, serem dois biomas desprotegidos pela Legislação Federal, e que tem imensa importância no equilíbrio ambiental e hídrico do País.

Devemos ressaltar, conforme seu Plano de Manejo de 2015, que *“a APA do Planalto Central foi criada em 10/01/2002, com o objetivo de proteger mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, garantir o uso*



***racional dos recursos naturais e proteger o patrimônio ambiental e cultural da região. Tendo em vista a localização da APA, que circunda a capital federal. A APA do Planalto Central está inserida em um território de relevante interesse nacional e regional, já que, além de abrigar a Capital Federal, estão localizadas as nascentes de vários cursos d'água formadores de três grandes bacias hidrográficas do país – São Francisco, Araguaia-Tocantins e Paraná."***

Em síntese, a APA existe para proteger mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, garantir o uso racional dos recursos naturais e proteger Brasília, Capital da República e o patrimônio ambiental e cultural da região.

No entanto, não é isso que estamos vendo. A gestão atual da APA do Planalto Central caminha no sentido oposto, absolutamente distante e incompatível com a missão e os desafios da Unidade de Conservação e do momento que atravessamos.

Em desacordo com a Lei 9.985/2000, o Conselho Consultivo da APA não se reúne há anos, impedindo que a sociedade possa colaborar ou influir nas definições de gestão.

Desde o final de 2022 as atividades de fiscalização do território foram reduzidas ou praticamente paralisadas. Ofícios da comunidade, endereçados à UC com denúncias de agressão ambiental, são sumariamente arquivados sem nenhum encaminhamento ou resposta.

Em 2024 estamos enfrentando uma das secas mais graves dos últimos anos e os focos de incêndio florestal praticamente dobraram em relação ao ano anterior. No entanto, surpreendentemente a Brigada da APA foi desativada sumariamente em prejuízo do meio ambiente, trazendo sérios riscos para a saúde, a qualidade de vida e habitabilidade do DF.

Ao longo de 2023, todo o DF foi convidado e as entidades e movimentos do Fórum de Defesa das Águas participaram ativamente das oficinas participativas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF. No entanto, a gestão da APA, em desacordo com sua missão, esteve totalmente alheia a este processo, nos âmbitos técnicos e de participação popular.

Diversas regiões do DF atualmente sofrem graves ameaças à qualidade de vida e do meio ambiente, seja por conta de iniciativas de urbanização desordenadas e pouco transparentes, patrocinadas pelo próprio poder público, como também, em virtude de ações de grilagem de terras públicas. E mais uma vez a constatação da completa omissão da gestão da APA do Planalto Central, alheia diante de situações como: a criação de setor residencial que ameaça a ARIE JK, o Rio Melchior e a qualidade de vida na região mais populosa do DF; a ameaça de urbanização do Lago Oeste com grave risco para o Parque Nacional de Brasília, as ameaças de urbanização da Serrinha do Paranoá em prejuízo do Cerrado e das centenas de nascentes da região que abastecem o Lago Paranoá, convertido em importante manancial para o DF; a criação de mais um setor habitacional



no Lago Sul que certamente trará graves transtornos à comunidade; e por fim as denúncias de grilagem nos arredores da ARIE Granja do Ipê.

A APA foi protagonista do registro dos Arcos do Caminhos do Planalto Central junto à Rede Nacional de Trilhas do MMA. No entanto, quando se esperava a continuidade do projeto, dada a relevância para a conservação e geração de emprego e renda em benefício da comunidade, a gestão da APA, de forma arbitrária, não mais reuniu as partes interessadas e arquivou o processo.

Por esses motivos, nos dirigimos à população do DF, ao País e aos cidadãos do Mundo, para denunciar os graves riscos que afetam nossa região. Todas as águas e vidas são emendadas. O clima no mundo também é impactado pelo que acontece aqui.

Nos dirigimos ao Ministério do Meio Ambiente e ao ICMBio para expressar o descontentamento e exigir mudanças na APA do Planalto Central, dado o quadro de inoperância e inépcia da sua atual gestão e renovamos o pedido de audiência com a Presidência do ICMBio para tratar da gravidade da situação e busca de soluções.

Brasília DF, 27 de agosto de 2024,

*Fórum de Defesa das Águas e as seguintes entidades:*

- *Preserva Serrinha*
- *Asproeste*
- *Associação Colina Dom Bosco*
- *Oca do Sol*
- *Coletivo Águas Emendadas - Planaltina*
- *Alternativa Terrazul*
- *Movimento de Apoio ao Caminhos do Planalto Central*
- *Grupo de Caminhadas Brasília*
- *URI - Iniciativa das Religiões Unidas*
- *REDA - Rede Ecumênica da Água*
- *Movimento 100 mil Jovens pela Água*
- *Conselho Rural de Desenvolvimento Sustentável do Lago Norte*
- *AnRU - Associação do Núcleo Rural do Urubu*
- *Movimento Salve Arie JK e Rio Melchior*

- *Movimento em Defesa do Quinhão 16 e Jardim Botânico*
- *Movimento SOS Chapada dos Veadeiros*
- *Mulheres das Águas de Sobradinho - AMAS*
- *Projeto Vida e Água para Aris*
- *Associação dos Produtores Rurais e de Moradores do CAUB*
- *Associação Pró Descoberto*
- *Aprontag*
- *Associação dos Amigos das Florestas*
- *Prefeitura da Península do Lago Norte*
- *Conselho Comunitário da Asa Sul*
- *Agenda 2030 do Lago Norte*
- *Associação Mulheres das Águas de Sobradinho - AMAS*